DECISÃO FINAL

Ref.: Processo Administrativo Sanitário Nº 080/2011
A Diretoria de Vigilância Sanitária de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando que o estabelecimento HOSPITAL SÃO JUDAS TADEU foi notificado da Decisão em 1ª Instância do Processo Administrativo Sanitário Nº 080/2011 em 18/09/2014 pelo não envio de imagens nos meses de julho, agosto e setembro de 2011, infringindo os artigos 1º e 2º da Resolução 1356/07 e o art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99 não interpondo recurso. Torna definitiva referida decisão nos termos do art. 123 da Lei Estadual 13317/99.
O processo será dado por concluso após a publicação desta decisão final e a adoção da medida imposta (art. 123 Parágrafo Único da Lei Estadual 13317/99), qual seja, advertência: fica o estabelecimento advertido que constitui infração sanitária: Descumprir lei, norma ou regulamento destinado a promover, proteger e recuperar a saúde (art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99). O infrator deverá abster-se de praticar as infrações sanitárias novamente, sob pena de incorrer em novo processo administrativo sanitário, como reincidente.
Publique-se e notifique-se para adoção das medidas impostas.
Belo Horizonte, 01 de Julho de 2015.
Anderson Macedo Ramos
DVSS/SVS/SES/MG

13 719934 - 1

DECISÃO FINAL

Ref.: Processo Administrativo Sanitário Nº 007/2012
A Diretoria de Vigilância Sanitária de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando que o estabelecimento CEMEDI - CAMPOS SERVIÇOS MEDICOS foi notificado da Decisão em 1ª Instância do Processo Administrativo Sanitário Nº 007/2012 em 30/07/2012 pelo não envio de imagens nos meses de julho a dezembro de 2011 e janeiro a abril de 2012, infringindo os artigos 1º e 2º da Resolução 1356/07 e o art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99 não interpondo recurso. Torna definitiva referida decisão nos termos do art. 123 da Lei Estadual 13317/99.
O processo será dado por concluso após a publicação desta decisão final e a adoção da medida imposta (art. 123 Parágrafo Único da Lei Estadual 13317/99), qual seja, advertência: fica o estabelecimento advertido que constitui infração sanitária: Descumprir lei, norma ou regulamento destinado a promover, proteger e recuperar a saúde (art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99). O infrator deverá abster-se de praticar as infrações sanitárias novamente, sob pena de incorrer em novo processo administrativo sanitário, como reincidente.
Publique-se e notifique-se para adoção das medidas impostas.
Belo Horizonte, 01 de Julho de 2015.
Anderson Macedo Ramos
DVSS/SVS/SES/MG

13 719922 - 1

DECISÃO FINAL

Ref.: Processo Administrativo Sanitário Nº 077/2011
A Diretoria de Vigilância Sanitária de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando que o estabelecimento CORI-CENTRO DE OFTALMOLOGIA, RADIOLOGIA E IMAGEM SANTA MÔNICA foi notificado da Decisão em 1ª Instância do Processo Administrativo Sanitário Nº 077/2011 em 18/09/2014 pelo não envio de imagens nos meses de julho, agosto, outubro e dezembro de 2011, infringindo os artigos 1º e 2º da Resolução 1356/07 e o art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99 não interpondo recurso. Torna definitiva referida decisão nos termos do art. 123 da Lei Estadual 13317/99.
O processo será dado por concluso após a publicação desta decisão final e a adoção da medida imposta (art. 123 Parágrafo Único da Lei Estadual 13317/99), qual seja, advertência: fica o estabelecimento advertido que constitui infração sanitária: Descumprir lei, norma ou regulamento destinado a promover, proteger e recuperar a saúde (art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99). O infrator deverá abster-se de praticar as infrações sanitárias novamente, sob pena de incorrer em novo processo administrativo sanitário, como reincidente.
Publique-se e notifique-se para adoção das medidas impostas.
Belo Horizonte, 01 de Julho de 2015.
Anderson Macedo Ramos
DVSS/SVS/SES/MG

13 719922 - 1

DECISÃO FINAL

Ref.: Processo Administrativo Sanitário Nº 077/2011
A Diretoria de Vigilância Sanitária de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando que o estabelecimento OFTALMOLOGIA, RADIOLOGIA E IMAGEM SANTA MÔNICA foi notificado da Decisão em 1ª Instância do Processo Administrativo Sanitário Nº 077/2011 em 18/09/2014 pelo não envio de imagens nos meses de julho, agosto, outubro e dezembro de 2011, infringindo os artigos 1º e 2º da Resolução 1356/07 e o art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99 não interpondo recurso. Torna definitiva referida decisão nos termos do art. 123 da Lei Estadual 13317/99.
O processo será dado por concluso após a publicação desta decisão final e a adoção da medida imposta (art. 123 Parágrafo Único da Lei Estadual 13317/99), qual seja, advertência: fica o estabelecimento advertido que constitui infração sanitária: Descumprir lei, norma ou regulamento destinado a promover, proteger e recuperar a saúde (art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99). O infrator deverá abster-se de praticar as infrações sanitárias novamente, sob pena de incorrer em novo processo administrativo sanitário, como reincidente.
Publique-se e notifique-se para adoção das medidas impostas.
Belo Horizonte, 01 de Julho de 2015.
Anderson Macedo Ramos
DVSS/SVS/SES/MG

13 719926 - 1

DECISÃO FINAL

Ref.: Processo Administrativo Sanitário Nº 071/2011
A Junta de Julgamento em 2ª Instância, no uso de suas atribuições legais e considerando que o estabelecimento AMPLIAR RADSON - SANTA EFIGENIA foi notificado da Decisão em 2ª Instância do Processo Administrativo Sanitário Nº 071/2011 em 18/09/2014 pelo não envio de imagens nos meses de julho a novembro de 2011, infringindo os artigos 1º e 2º da Resolução 1356/07 e o art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99 não interpondo recurso. Torna definitiva referida decisão nos termos do art. 123 da Lei Estadual 13317/99.
O processo será dado por concluso após a publicação desta decisão final e a adoção da medida imposta (art. 123 Parágrafo Único da Lei Estadual 13317/99), qual seja, advertência: fica o estabelecimento advertido que constitui infração sanitária: Descumprir lei, norma ou regulamento destinado a promover, proteger e recuperar a saúde (art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99). O infrator deverá abster-se de praticar as infrações sanitárias novamente, sob pena de incorrer em novo processo administrativo sanitário, como reincidente.
Publique-se e notifique-se para adoção das medidas impostas.
Belo Horizonte, 01 de Julho de 2015.
Junta de Julgamento em 2ª instância

13 719930 - 1

DECISÃO FINAL

Ref.: Processo Administrativo Sanitário Nº 070/2011
A Junta de Julgamento em 2ª Instância, no uso de suas atribuições legais e considerando que o estabelecimento AMPLIAR RADSON - VENDA NOVA foi notificado da Decisão em 2ª Instância do Processo Administrativo Sanitário Nº 070/2011 em 18/09/2014 pelo não envio de imagens nos meses de julho a novembro de 2011, infringindo os artigos 1º e 2º da Resolução 1356/07 e o art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99 não interpondo recurso. Torna definitiva referida decisão nos termos do art. 123 da Lei Estadual 13317/99.
O processo será dado por concluso após a publicação desta decisão final e a adoção da medida imposta (art. 123 Parágrafo Único da Lei Estadual 13317/99), qual seja, advertência: fica o estabelecimento advertido que constitui infração sanitária: Descumprir lei, norma ou regulamento destinado a promover, proteger e recuperar a saúde (art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99). O infrator deverá abster-se de praticar as infrações sanitárias novamente, sob pena de incorrer em novo processo administrativo sanitário, como reincidente.
Publique-se e notifique-se para adoção das medidas impostas.
Belo Horizonte, 01 de Julho de 2015.
Junta de Julgamento em 2ª instância.

13 719928 - 1

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

FÉRIAS PRÊMIO - RETIFICAÇÃO
RETIFICA OS ATOS de concessão de férias prêmio referente aos servidores: Masp 914074-0, TERESINHA DA CONCEIÇÃO CABRAL, referente ao 3º quinquênio publicado em 27/11/2013: onde se lê a partir de 03/07/1995, leia-se a partir de 24/07/1995, referente ao 3º quinquênio publicado em 27/11/2013: onde se lê a partir de 01/07/2000, leia-se a partir de 22/07/2000, referente ao 4º quinquênio publicado em 27/11/2013: onde se lê a partir de 30/06/2005, leia-se a partir de 21/07/2005, referente ao 5º quinquênio publicado em 27/11/2013: onde se lê a partir de 29/06/2010, leia-se a partir de 20/07/2010; Masp 913858-7, DACIO JOSE RIBEIRO, referente ao 5º quinquênio publicado em 30/11/2012:

onde se lê a partir de 02/06/2010, leia-se a partir de 02/02/2012, conforme Nota Técnica nº 0355/2015; MASP 0356826-8, ELIO PEREIRA CARVALHO, referente ao 1º decênio publicado em 29/09/1993, onde se lê 16/03/1991, leia-se 07/12/1991, referente ao 1º quinquênio publicado em 03/06/2008, onde se lê 14/03/1996, leia-se 05/12/1996, 2º quinquênio publicado em 03/06/2008: onde se lê a partir de 06/06/2001, leia-se a partir de 19/03/2002; referente ao 3º quinquênio publicado em 03/06/2008, onde se lê 05/06/2006, leia-se 18/03/2007, conforme Nota Técnica 03/15.

FÉRIAS PRÊMIO - CONCESSÃO

CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do artigo 31 da CE/1989, ao(s) servidor(es): Masp 0357421/7, GERALDO MAGELA GOMES, referente ao 6º quinquênio de exercício, a partir de 01/06/2015; Masp 0359337/3, LUIZ WAGNER SILVA, referente ao 6º quinquênio de exercício, a partir de 03/06/2015; Masp 0356826-8 ELIO PEREIRA CARVALHO referente ao 4º quinquênio de exercício a partir de 08/10/2013.

13 719977 - 1

Expediente da Diretoria de Administração de Pessoal
RETIFICA o ato de concessão do 6º quinquênio administrativo e adicional por tempo de serviço, publicados em 11/07/2015, referente à servidora: Masp 388011-9, Ieda Maria dos Santos. Onde se lê: 25/12/2014, leia-se: 24/04/2015.

13 720007 - 1

DECISÃO FINAL

Ref.: Processo Administrativo Sanitário GRS/UBÁ 003/2013

A Coordenadora de Vigilância Sanitária da Regional de Saúde de Ubá, no uso de suas atribuições legais e considerando que o estabelecimento Indústria e Comércio de Doces Ronibel Ltda. foi notificado da Decisão em 1ª Instância do Processo Administrativo Sanitário nº 003/2013 em 27/01/2015 e não interpus recurso, torna definitiva a referida decisão nos termos do Art. 123 da Lei Estadual nº 13.317/99.
Considerando que o estabelecimento cumpriu com todas as penalidades aplicadas na referida decisão em 1ª instância, o processo será dado por concluso após a publicação desta decisão final (art.123 Parágrafo Único da Lei Estadual 13317/99).

Publique-se, notifique-se e arquite-se

Ubá, 08 de julho de 2015.

Eliana Aparecida Lima Adário
Coordenadora de Vigilância Sanitária
NUVISA/GRS/UBÁ

13 719789 - 1

DECISÃO FINAL

Ref.: Processo Administrativo Sanitário Nº 056/2011
A Diretoria de Vigilância Sanitária de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando que o estabelecimento CENTRO DE INVESTIGAÇÕES MAMÁRIAS foi notificado da Decisão em 1ª Instância do Processo Administrativo Sanitário Nº 056/2011 em 03/02/2011 pelo não envio de imagens nos meses de junho de 2011 a janeiro de 2012, infringindo os artigos 1º e 2º da Resolução 1356/07 e o art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99 não interpondo recurso. Torna definitiva referida decisão nos termos do art. 123 da Lei Estadual 13317/99.
O processo será dado por concluso após a publicação desta decisão final e a adoção da medida imposta (art. 123 Parágrafo Único da Lei Estadual 13317/99), qual seja, advertência: fica o estabelecimento advertido que constitui infração sanitária: Descumprir lei, norma ou regulamento destinado a promover, proteger e recuperar a saúde (art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99). O infrator deverá abster-se de praticar as infrações sanitárias novamente, sob pena de incorrer em novo processo administrativo sanitário, como reincidente.
Publique-se e notifique-se para adoção das medidas impostas.
Belo Horizonte, 01 de Julho de 2015.
Anderson Macedo Ramos
DVSS/SVS/SES/MG

13 719923 - 1

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE MINAS GERAIS CADASTRO
Cadastro de estabelecimentos farmacêuticos para comercialização/dispensação de medicamentos à base de substâncias retinóides de uso sistêmico (lista C2), em cumprimento às Portarias SVS/MS nº. 344 de 12/05/98 e nº. 06 de 01/02/99. Empresa: DROGAFARIA GOMES LTDA. - ME - MATRIZ, CNPJ: 68.546.605/0001-16, Endereço: Rua Aparicio Saraiva, nº 211 - Centro - João Pinheiro/MG, Cadastro nº: 26-DRO/VISA/SMS/JP, Superintendência Regional de Saúde de Patos de Minas.
Belo Horizonte, 10 de julho de 2015.
Alessandro de Souza Melo
Diretor da DVMC/SVS/SUBVPS/SES/MG

13 720047 - 1

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
Retificação à Publicação de 10/07/2015
Ref. Afastamento Preliminar à Aposentadoria da servidora, Masp. 383.151-8 Ângela Maria Vieira Machado Juste, Onde se lê:.... Cargo Analista de Atenção a Saúde-IV-D, Leia-se;... Cargo Médico da Área de Gestão e Atenção a Saúde-IV-D

13 720080 - 1

DECISÃO FINAL

Ref.: Processo Administrativo Sanitário Nº 057/2011
A Diretoria de Vigilância Sanitária de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando que o estabelecimento PAE VENDA NOVA foi notificado da Decisão em 1ª Instância do Processo Administrativo Sanitário Nº 057/2011 em 11/06/2012 pelo não envio de imagens nos meses de julho, agosto e setembro de 2011, infringindo os artigos 1º e 2º da Resolução 1356/07 e o art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99 não interpondo recurso. Torna definitiva referida decisão nos termos do art. 123 da Lei Estadual 13317/99.
O processo será dado por concluso após a publicação desta decisão final e a adoção da medida imposta (art. 123 Parágrafo Único da Lei Estadual 13317/99), qual seja, advertência: fica o estabelecimento advertido que constitui infração sanitária: Descumprir lei, norma ou regulamento destinado a promover, proteger e recuperar a saúde (art.99, inciso XXXVI da Lei Estadual nº 13317/99). O infrator deverá abster-se de praticar as infrações sanitárias novamente, sob pena de incorrer em novo processo administrativo sanitário, como reincidente.
Publique-se e notifique-se para adoção das medidas impostas.
Belo Horizonte, 01 de Julho de 2015.
Anderson Macedo Ramos
DVSS/SVS/SES/MG

13 719925 - 1

Expediente da Diretoria de Administração de Pessoal.
REMOVE a pedido, nos termos do art. 80, da Lei nº 869/1952: CARLOS MAGNO MONEQUE, Masp. 356026-5, ocupante do cargo de TGS IV-B, da Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares para a Prefeitura Municipal de Aimorés/ Centro de Saúde de Aimorés, a partir de 01/06/2015.

13 720075 - 1

DECISÃO FINAL

Ref.: Processo Administrativo Sanitário DVMC/SVS Nº04/2011
A coordenadora em exercício da Junta de Julgamento em 2ª instância da Vigilância Sanitária de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e considerando que o estabelecimento Hipolabor Farmacêutica Ltda. foi notificado da Decisão em 2ª Instância do Processo Administrativo Sanitário DVMC/SVS Nº 04/2015 em 18/06/2015 e não interpus recurso, torna definitiva referida decisão nos termos do art. 123 da Lei Estadual 13317/99.
Considerando que o estabelecimento cumpriu com todas as penalidades aplicadas na referida decisão em 2ª instância, o processo será dado por concluso após a publicação desta decisão final (art. 123 Parágrafo Único da Lei Estadual 13317/99).

Publique-se, notifique-se e arquite-se.
Belo Horizonte, 10 de julho de 2015.
Tânia Mara Lima de Moraes Jacob
Coordenadora em exercício da Junta de Julgamento em 2ª instância

13 720082 - 1

Expediente da Diretoria de Administração de Pessoal
CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do artigo 112, do ADCT, da CE/1989, ao(s) servidor (es): Masp 0220996-3, Irio de Freitas Grossi, referente ao 7º quinquênio adm., a partir de 18/07/2011; Masp 0376545-0, Maria Onofria Lélis Mota, referente ao 7º quinquênio adm., a partir de 05/02/2015; Masp 0914662-2, Maria Aparecida Ribeiro Batista, referente ao 6º quinquênio adm., a partir de 01/06/2015; Masp 0914971-7, Rubens de Mendonça, referente ao 6º quinquênio adm., a partir de 31/03/2015.
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, nos termos do artigo 113 do ADCT da CE/1989, c/c o inciso XIV do artigo 37 da CR/1988, ao(s) servidor (es): Masp 0914662-2, Maria Aparecida Ribeiro Batista, a partir de 01/06/2015; Masp 0914971-7, Rubens de Mendonça, a partir de 31/03/2015.
ANULA o ato referente ao (s) servidor (es): Masp 0220996-3, Irio de Freitas Grossi, referente ao 3º quinquênio adm., publicado em 23/11/1991 com vigência em 12/08/1991, 4º quinquênio adm., publicado em 08/10/1996 com vigência em 22/07/1996, 5º quinquênio adm., publicado em 25/08/2001 com vigência em 21/07/2001 e 6º quinquênio administrativo e adicional por tempo de serviço, publicados em 04/10/2006 com vigência em 20/07/2006; Masp 0914662-2, Maria Aparecida Ribeiro Batista, referente ao 2º quinquênio adm., publicado em 21/11/1995 com vigência em 09/06/1995, 3º quinquênio adm., publicado em 07/09/2000 com vigência em 08/06/2000 e 4º quinquênio adm., publicado em 28/07/2005 com vigência em 07/06/2005.
CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do artigo 112, do ADCT, da CE/1989, ao(s) servidor (es): Masp 0220996-3, Irio de Freitas Grossi, referente ao 3º quinquênio adm., a partir de 23/07/1991, 4º quinquênio adm., a partir de 21/07/1996, 5º quinquênio adm., a partir de 20/07/2001 e 6º quinquênio adm., a partir de 19/07/2006; 0914662-2, Maria Aparecida Ribeiro Batista, referente ao 2º quinquênio adm., a partir de 05/06/1995, 3º quinquênio adm., a partir de 04/06/2000 e 4º quinquênio adm., a partir de 03/06/2005.
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, nos termos do artigo 113 do ADCT da CE/1989, c/c o inciso XIV do artigo 37 da CR/1988, ao(s) servidor (es): Masp 0220996-3, Irio de Freitas Grossi, a partir de 19/07/2006.

13 720109 - 1

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.141, DE 13 DE JULHO DE 2015.

Altera a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.131, de 10 de junho de 2015, que aprova as regras de exceção para o ano de 2015, referentes ao pagamento dos Programas Estaduais, regidos pela Resolução SES/MG nº 4.605, de 17 de dezembro de 2014, que estabelece regras para o funcionamento do processo de acompanhamento, controle e avaliação previsto no Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010 e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 12.466, de agosto de 2011 e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo fundo estadual de saúde;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.131, de 10 de junho de 2015, que aprova as regras de exceção para o ano de 2015, referentes ao pagamento dos Programas Estaduais, regidos pela Resolução SES/MG nº 4.605, de 17 de dezembro de 2014, que estabelece regras para o funcionamento do processo de acompanhamento, controle e avaliação previsto no Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010 e dá outras providências;
- a Resolução SES/MG nº 4.809, de 10 de junho de 2015, que estabelece regras de exceção para o ano de 2015, referentes ao pagamento dos Programas Estaduais, regidos pela Resolução SES/MG nº 4.605, de 17 de dezembro de 2014, que estabelece regras para o funcionamento do processo de acompanhamento, controle e avaliação previsto no Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010 e dá outras providências;
- o Ofício nº 410/2015, de 13 de julho de 2015, do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde - COSEMS/MG; e
- a aprovação Ad Referendum da CIB-SUS/MG, conforme disposto no § 1º, do art. 5º, de seu Regimento.

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.141, DE 13 DE JULHO DE 2015.

Aprova o remanejamento dos tetos municipais na Programação Pactuada e Integrada da Assistência do Estado de Minas Gerais para a competência julho de 2015.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 12.466, de agosto de 2011 e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização interfederativa, e dá outras providências;
- a Portaria GM/MS nº 1.097, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência à saúde como um processo a ser instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde na forma de blocos de financiamento, com respectivo monitoramento e controle;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 095, de 17 de maio de 2004, que cria, no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, as Comissões Intergestores Bipartites Macrorregionais e Microrregionais e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 422, de 21 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre a implantação da Programação Pactuada Integrada Assistencial Eletrônica no Estado de Minas Gerais e os ajustes no Banco de Dados da PPI Assistencial/MG para incorporação da Portaria GM/MS nº 321/2007;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 444, de 27 de maio de 2008, que dispõe sobre a regulamentação do fluxo, prazos e o cronograma do remanejamento eletrônico da Programação Pactuada Integrada - PPI/Assistencial do Estado de Minas Gerais no Sistema SUSFácil;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 563, de 19 de agosto de 2009, que aprova os critérios para autorização de solicitação de remanejamento de urgência e institui Grupo de Trabalho para Revisão dos Fluxos, Prazos e Cronograma do Processo de Remanejamento Eletrônico na Programação Pactuada Integrada/PPI-MG;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 587, de 21 de outubro de 2009, que altera a Deliberação CIB-SUS/MG nº 444, de 27 de maio de 2008, que dispõe sobre a regulamentação do fluxo, prazos e o cronograma do remanejamento eletrônico da Programação Pactuada Integrada - PPI/Assistencial do Estado de Minas Gerais no Sistema SUSFácil/MG;
- o Ofício nº 411/2015, de 13 de julho de 2015, do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde - COSEMS/MG; e
- a aprovação Ad Referendum da CIB-SUS/MG, conforme disposto no § 1º, do art. 5º, de seu Regimento.

DELIBERA:

Art. 1º Fica aprovado o remanejamento dos tetos municipais na Programação Pactuada e Integrada/PPI Assistencial, do Estado de Minas Gerais para a competência julho de 2015, conforme Anexos I, II e III desta Deliberação.

§ 1º O Anexo I desta Deliberação demonstra os impactos financeiros nos tetos de média e alta complexidade da PPI/MG do Estado e municípios, em cumprimento às exigências dispostas na portaria GM/MS nº 1.097, de 22 de maio de 2006.

§ 2º O Anexo II apresenta os instrumentos legais que alteram o teto de média e alta complexidade da PPI/MG para a competência julho de 2015.

§ 3º O Anexo III apresenta as alterações físico/financeiras para competência julho de 2015, conforme disposto pela portaria GM/MS nº 1.699, de 27 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de julho de 2015.

Belo Horizonte, 13 de julho de 2015.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXOS I, II E III DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.141, DE 13 DE JULHO DE 2015 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).

13 720144 - 1

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.140, DE 13 DE JULHO DE 2015.

Altera a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.131, de 10 de junho de 2015, que aprova as regras de exceção para o ano de 2015, referentes ao pagamento dos Programas Estaduais, regidos pela Resolução SES/MG nº 4.605, de 17 de dezembro de 2014, que estabelece regras para o funcionamento do processo de acompanhamento, controle e avaliação previsto no Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010 e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 12.466, de agosto de 2011 e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo fundo estadual de saúde;</